



UNIVERSIDADE  
CATÓLICA | FACULDADE  
PORTUGUESA | DE DIREITO  
ESCOLA DE LISBOA

# **O Processo Especial de Revitalização - Novo Paradigma no Direito da Insolvência**

Mafalda Pessoa de Carvalho Valério  
Mestrado Direito Empresarial

Orientadora:  
Mestre Maria do Rosário Epifânio

**Março de 2015**

## **AGRADECIMENTOS**

Esta dissertação beneficiou do contributo de pessoas, em grau diferente e em tempos diferentes, sendo que cada uma delas contribuiu à sua maneira para a realização da mesma.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Professora Maria do Rosário Epifânio, porque os seus ensinamentos me despertaram a vontade de explorar este tema. Por toda a disponibilidade e apoio que sempre demonstrou.

Aos meus pais, o apoio incondicional, a compreensão e o incentivo foram uma constante ao longo de toda a minha vida e, consequentemente, esta dissertação só foi possível graças a eles, sem os quais nunca teria chegado onde cheguei.

Ao Frederico, por todo o carinho e força que me transmitiu em todos os momentos, transformando alturas de menos alento em reforço do empenhamento, os quais foram cruciais para a conclusão desta dissertação.

À minha avó Nita quero agradecer todo o amor e acompanhamento sempre demonstrados.

## NOTA PRÉVIA E LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ac.	Acordão
Al.	Alinea
Art/arts	artigo/artigos
CIRE	Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas
Cfr.	Conferir/Confrontar
DGPJ	Direcção-geral da Administração da Justiça
C.P.C	Código de Processo Civil
CPEREF	Código dos Processos Especiais da Empresa e de Falência
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
DSR	Direito das Sociedades em Revista
Ed.	Edição
i.e	isto é
LC	<i>Ley Concursal</i>
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
nº/ nºs	número/ números
Res. Do CM	Resolução do Conselho de Ministros
PEC	Processo Extrajudicial de Conciliação
PER	Processo Especial de Revitalização
p/pp	página/páginas
RDGP	<i>Revista de Derecho Concursal y Paraconcursal</i>
SIREVE	Sistema de Recuperação de Empresas por via Extrajudicial
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
ss	seguintes
TRC	Tribunal da Relação de Coimbra
TRG	Tribunal da Relação de Guimarães
TRL	Tribunal da Relação de Lisboa
TRP	Tribunal da Relação do Porto
Vol.	Volume

Todas as disposições legais referidas sem menção da sua origem, a menos que algo diverso resulte do contexto, pertencem ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE) na redacção dada pelo DL nº26/2015, de 6 de Fevereiro.

Na presente dissertação não foi adoptado o Novo Acordo Ortográfico.

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES</b>	<b>8</b>
<b>2. A ORIGEM DO PER COM O DIREITO COMPARADO</b>	<b>14</b>
<b>3. PRESSUPOSTOS</b>	<b>18</b>
3.1 PRESSUPOSTO SUBJECTIVO	18
3.2 PRESSUPOSTOS OBJECTIVOS	20
<b>4. NOMEAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL PROVISÓRIO</b>	<b>23</b>
4.1 AS FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR JUDICIAL PROVISÓRIO	23
<b>5. RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS</b>	<b>25</b>
5.1 O PRAZO PARA RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS	25
5.2 A LISTA PROVISÓRIA: ELABORAÇÃO E CONTEÚDO	27
5.3 A IMPUGNAÇÃO DA LISTA PROVISÓRIA	28
<b>6. NEGOCIAÇÕES</b>	<b>31</b>
6.1 O PRAZO DE NEGOCIAÇÕES E SUA PRORROGAÇÃO	31
6.2 O PERÍODO DE NEGOCIAÇÕES	32
<b>7. A FINALIZAÇÃO DO PERÍODO DE NEGOCIAÇÕES MEDIANTE A APROVAÇÃO DE UM PLANO DE RECUPERAÇÃO</b>	<b>34</b>
7.1 A APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO	34
7.2 HOMOLOGAÇÃO DO PLANO	35
7.3 OS EFEITOS DO PLANO	40
<b>8. A FINALIZAÇÃO DO PERÍODO DE NEGOCIAÇÕES SEM APROVAÇÃO DE UM PLANO DE RECUPERAÇÃO</b>	<b>41</b>
8.1 O ENCERRAMENTO DO PROCESSO NEGOCIAL	41
<b>9. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO – BREVE REFERÊNCIA</b>	<b>44</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>45</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

De forma a adequar-se às necessidades sentidas em cada época, o regime insolvencial no sistema jurídico português tem sido alvo de inúmeras reformas, multiplicando-se os diplomas legais que regularam o instituto, alterando-o e complementando-o.

Assim, insere-se o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de Março, num movimento de resposta às necessidades de uma ampla reforma que se tornavam manifestas ao longo dos onze anos de vigência do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e da Falência, aprovado pelo Decreto-Lei nº 132/93, de 23 de Abril.

O CIRE consagrava na sua versão inicial, como única finalidade, a satisfação dos interesses dos credores, pelo que, a recuperação da empresa insolvente seria apenas uma finalidade do processo de insolvência, em alternativa à liquidação.

Actualmente a filosofia adoptada pelo CIRE numa realidade económico financeira como a que a Europa, em particular, atravessa, potenciou o aumento exponencial dos processos de insolvência, pelo que no âmbito do programa de auxílio financeiro a Portugal celebrado, em 2011, entre o Estado português, o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, de forma a inverter tal situação, o Governo português assumiu, aquando da subscrição do Memorando de Entendimento<sup>1</sup>, o compromisso de alterar o regime português da insolvência.

---

<sup>1</sup> MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE AS CONDICIONANTES DE POLÍTICA ECONÓMICA. Consultado em: (29-11-2014)

[http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou\\_pt\\_20110517.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf)

<sup>2</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 11/2012 de 3.2.2012. O “Programa Revitalizar”

Como efeito do compromisso assumido, foi aprovado o “Programa Revitalizar”<sup>2</sup>, o qual é composto de dez medidas, de entre as quais se destacam, a revisão do CIRE e a aprovação do Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE)<sup>3</sup>-  
4.

Assim, consequentemente, veio o CIRE a ser objecto de revisão legislativa, operada pela Lei nº 16/2012, de 20 de Abril.

A acrescentar, e que na verdade se regista como sendo a maior inovação consagrada pela Lei nº 16/2012, de 20 de Abril, institui-se o PER, vocacionado para a reestruturação do devedor, introduzindo-se um novo capítulo ao CIRE<sup>5</sup>.

Tal processo permite ao devedor com dificuldades económicas, mas que ainda tenha viabilidade, negociar com os credores por forma a alcançar um acordo que lhe viabilize a sua revitalização, antes de ser declarado judicialmente insolvente.

Sendo assim, será exactamente, a criação deste novo procedimento especial, resultante da presente reforma operada no CIRE, o objecto da presente dissertação.

---

<sup>2</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 11/2012 de 3.2.2012. O “Programa Revitalizar” surge com o intuito de aperfeiçoar o enquadramento legal, tributário e financeiro do tecido empresarial português.

<sup>3</sup> As dez medidas no documento que serviu de base à apresentação pública do “Programa Revitalizar”. Consultado em (2-12-2014): [http://www.dre-algarve.min-economia.pt/pdf/20120208\\_revitalizar.pdf](http://www.dre-algarve.min-economia.pt/pdf/20120208_revitalizar.pdf)

<sup>4</sup> O SIREVE foi criado pelo DL nº 178/2012, de 3 de Agosto, alterado pelo DL nº26/2015, de 6 de Fevereiro, revogando o antigo Processo Extrajudicial de Conciliação (PEC)

<sup>5</sup> EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PROPOSTA DE LEI n.º 39/XII, de 30.12.2011.

Consultado em: (2-12-2014)

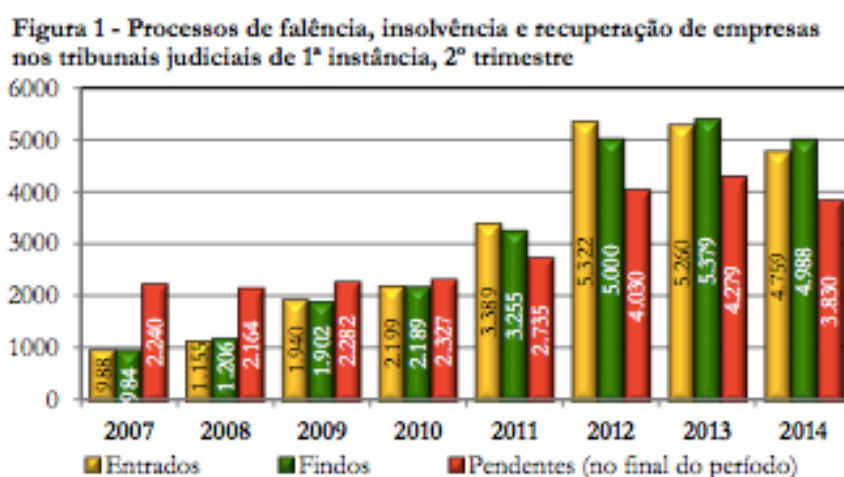
[http://www.portugal.gov.pt/media/378132/proplei\\_codigo\\_insolvencia\\_recuperacao\\_empresa\\_s.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/378132/proplei_codigo_insolvencia_recuperacao_empresa_s.pdf)

# 1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Num clima de profunda crise económica e financeira, houve consequentemente o aumento significativo do número de declarações de insolvência em Portugal.

Isto é comprovado pelas Estatísticas trimestrais sobre processos de falência, insolvência e recuperação de empresas, as quais correspondem ao período compreendido entre 2007-2014, disponibilizadas pela Direcção-Geral da Política de Justiça<sup>6</sup>, na qual se verifica o elevado movimento de processos de insolvência nos nossos tribunais.

De acordo com estes dados fornecidos pelo Ministério da Justiça, observando a figura 1<sup>7</sup> relativa aos segundos trimestres dos anos 2007-2014, reconhece-se uma tendência acentuada do número de processos de falência, insolvência e recuperação de empresas entrados nos tribunais de 1ª instância, sendo de destacar o aumento verificado no segundo trimestre de 2012 face aos períodos homólogos dos anos relativos ao segundo trimestre de 2007 e ao segundo trimestre de 2014, onde se revela um acréscimo de cerca de 381,7% no número de processos que deram entrada.



<sup>6</sup> Disponível em [www.dgpj.mj.pt](http://www.dgpj.mj.pt)

<sup>7</sup> Mencionado *supra* nota 6



No segundo trimestre de 2014, e confirmando a inversão de tendência verificada no segundo trimestre de 2013, o número total de processos entrados diminuiu, face ao registado no trimestre homólogo anterior revelando um decréscimo de 9,5%.

Em 2014, o número de processos pendentes no final do segundo trimestre apresenta uma diminuição face ao valor registado no final do segundo trimestre de 2013, registando-se um decréscimo de 10,5%. Contudo, em relação ao segundo trimestre de 2007 ainda se regista um aumento de 71,0%.

Relativamente ao número de insolvências decretadas nos tribunais judiciais de 1ª instância, nos períodos homólogos correspondentes aos segundos trimestres de cada ano, é possível confirmar uma tendência acentuada para o seu crescimento, como se pode verificar no gráfico em apreço:



Observando o presente gráfico, comprovamos que o valor registado no segundo trimestre de 2014 corresponde a mais de seis vezes do valor registado no segundo trimestre de 2007. Sendo de notar a sucessiva tendência de crescimento, evidente no aumento de 58,3% verificado para o segundo trimestre de 2011 face ao período homólogo de 2010.

No segundo trimestre de 2014 e face ao segundo trimestre de 2013, registou-se uma diminuição de 7,9% no número de insolvências decretadas.

De modo a reverter toda esta situação, com o programa de assistência financeira a Portugal e as suas condicionantes políticas, económicas e financeiras, o Estado Português obrigou-se a legislar no sentido de alterar o CIRE, a fim de facilitar o resgate efectivo das empresas viáveis e apoiar a reabilitação de indivíduos financeiramente responsáveis.

Desta forma, foi apresentada pelo Governo, a Proposta de Lei nº 39/XII<sup>8</sup>, a qual instituiu o PER<sup>9</sup> e a homologação de acordos extrajudiciais de recuperação do devedor.

Podemos verificar, através da Exposição dos Motivos da Proposta apresentada, que desde logo confessava-se que “A situação económica obriga, com efeito, a gizar soluções que sejam, em si mesmas, eficazes e eficientes no combate ao “desaparecimento” de agentes económicos, visto que cada agente que desaparece representa um custo apreciável para a economia, contribuindo para o empobrecimento do tecido económico português, uma vez que gera desemprego e extingue

---

<sup>8</sup> PROPOSTA DE LEI n.º 39/XII, de 30 de Dezembro de 2011. Consultado em: (5/12/2014) [http://www.portugal.gov.pt/media/378132/proplei\\_codigo\\_insolvencia\\_recuperacao\\_empresa\\_s.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/378132/proplei_codigo_insolvencia_recuperacao_empresa_s.pdf)

<sup>9</sup> O Governo Português procedeu a um “quase transplante jurídico” do *Chapter 11* do BC 19678 e de outros regimes análogos existentes noutros ordenamentos jurídicos, nomeadamente a *Vorbereitung einer Sanierung* do Direito alemão e o *preconcurso de acredores* do Direito espanhol. Neste sentido, cfr. SERRA CATARINA, “A contratualização da Insolvência: hybrid procedures e pre-packs (A Insolvência entre a lei e a autonomia privada)”, em “II Congresso do Direito das Sociedades em Revista”, Almedina, Coimbra, 2012, p.267 e “Emendas à (lei da insolvência) portuguesa”, em “Direito das Sociedades em Revista,” 2012, p.127-128; EPIFÂNIO, MARIA DO ROSÁRIO, “O PER”, em “II Congresso do Direito das Sociedades em Revista”, Almedina, Coimbra, 2012, p.262.

oportunidades comerciais que, dificilmente, se podem recuperar pelo surgimento de novas empresas”.

Sendo que, de modo a impedir tal cenário, o Governo português sentiu a necessidade de criar um “mecanismo célere e eficaz que possibilite a revitalização dos devedores que se encontrem em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente mas que ainda não tenham entrado em situação de insolvência actual” de forma a “reorientar o Código da Insolvência e Recuperação de Empresas para a promoção da recuperação, privilegiando-se sempre que possível a manutenção do devedor no giro comercial, relegando-se para segundo plano a liquidação do seu património sempre que se mostre viável a sua recuperação”.

Posteriormente, estes institutos, foram materializados na Lei 16/2012 de 20 de Abril<sup>10</sup>, criando-se um procedimento de revitalização inserido no âmbito do Programa Revitalizar<sup>11-12</sup>, trata-se de um processo voluntário, de natureza híbrida, sendo composto por uma fase extrajudicial e uma fase judicial, público e urgente<sup>13</sup>, aditando-se ao CIRE o Capítulo II, sob a epígrafe “Processo Especial de Revitalização”, composto pelos arts.17-A a 17-I<sup>14-15</sup>.

---

<sup>10</sup> Procedeu à sexta alteração ao CIRE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de Março.

<sup>11</sup> Lançado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 11/2012, de 2 de Fevereiro.

<sup>12</sup> De acordo com o Juiz Conselheiro Doutor JOÃO AVEIRO PEREIRA, Processo Especial de Revitalização: questões substantivas . Consultado em: (10/12/2014) - <http://elearning.cej.mj.pt/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=3141>. Tal Programa, “teve o propósito de otimizar o enquadramento legal, tributário e financeiro em que o tecido empresarial desenvolve a sua actividade, de modo a encorajar projectos empresariais operacionalmente viáveis, mas em que a componente financeira se encontra desajustada ao modelo de negócio e ao actual condicionalismo económico-financeiro geral”.

<sup>13</sup> EPIFÂNIO, MARIA DO ROSÁRIO, *O PER*, Em “II Congresso Direito das Sociedades em Revista”, Almedina, Coimbra, 2012, p.258.

<sup>14</sup> Criticando a forma como foram redigidos os novos artigos, SERRA, CATARINA, *O Regime Português da Insolvência*, Almedina, 2012, (5ª edição), p.176, menciona “ Da leitura rápida dos arts. 17º-A e s. perpassa a ideia de alguma desatenção (desinteresse?) por parte do

O referido capítulo veio concretizar o novo nº2 do art.1º, de acordo com o qual “Estando em situação económica difícil, ou em situação de insolvência meramente iminente, o devedor pode requerer ao tribunal a instauração de processo especial de revitalização, de acordo com o previsto nos artigos 17º-A a 17º-I”.

Nas palavras de LUÍS MENEZES LEITÃO<sup>16</sup>, com a Lei nº16/2012, de 20 de Abril tentou atenuar-se a filosofia do Código, fazendo-se prevalecer no nº 1 do art. 1º o objetivo da recuperação de empresa, através do plano de insolvência, ao invés da liquidação do património do devedor insolvente.

Assim, depois da alteração introduzida pela Lei nº 16/2012, de 20 de Abril, podemos verificar através das Estatísticas trimestrais sobre processos de falência, insolvência e recuperação de empresas que no segundo trimestre de 2014 o número de processos entrados diminuiu, face ao registado no trimestre homólogo de 2013, registando-se um decréscimo de 9,5%.

No respeitante ao número de insolvências decretadas nos tribunais judiciais de 1ª instância, no segundo trimestre de 2014 face ao segundo trimestre de 2013, registou-se uma diminuição de 7,9%.

Quanto ao movimento dos processos especiais de revitalização nos tribunais judiciais de 1ª instância, no 2º semestre de 2014, sendo que estes processos existem apenas desde 20 de Maio de 2012, de acordo com os dados fornecidos, através da observação

---

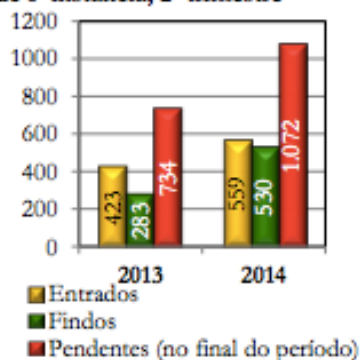
legislador no desenho do novo instrumento, sendo identificáveis, problemas de técnica legislativa, problemas de sistematização, incoerências e problemas de natureza substancial”.

<sup>15</sup> Para MARTINS, LUÍS M., Recuperação de Pessoas Singulares, Almedina, 2012 (2ªedição), p.15, por ser mais fácil, mais coerente e de melhor organização sistemática, o PER deveria ter sido colocado no capítulo relativo ao plano de insolvência ou plano de pagamento aos credores, alterando-se os arts. 249º a 263º.

<sup>16</sup> Em Código da Insolvência e Recuperação de Empresas – Anotado, Almedina, 2012 (6ª edição), p.45.

da figura 7 podemos verificar que no segundo trimestre de 2014 entraram 559 processos especiais de revitalização (mais cerca de 32,2% que no segundo trimestre de 2013), tendo findado 530 (mais cerca de 87,3% que no segundo trimestre de 2013). No final do segundo trimestre de 2014, encontravam-se pendentes 1.072 destes processos.

**Figura 7 - Processos especiais de revitalização nos tribunais judiciais de 1ª instância, 2º trimestre**



Relativamente à duração média dos processos especiais de revitalização no 2º trimestre de 2014, em média os processos duraram de abril a junho de 2014, correspondendo a cerca de 5 meses e 10 dias.

O PER visa assim a obtenção de um acordo com todos ou a maioria dos credores, proporcionando, caso não resulte, uma via rápida para a declaração de insolvência<sup>17-18</sup>

<sup>17</sup> SILVA, FÁTIMA REIS, *Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora, Porto, Abril 2014

<sup>18</sup> Para Nuno Salazar Casanova e David Sequeira Dinis o objetivo do PER é “revitalizar o devedor, isto é, torna-lo novamente “saudável”, o que – no caso de uma empresa – implica a prossecução de uma atividade previsivelmente lucrativa”, em , *O Processo Especial de Revitalização (de acordo com a Lei nº 16/2012, de 20 de Abril)*, 1ª edição, Coimbra Editora, Março 2014, p.12.

## 2. A ORIGEM DO PER COM O DIREITO COMPARADO

Enquanto só agora se começaram a valorizar no nosso país, pelas suas várias vantagens, os denominados “*informal workouts*”, inspirados na chamada “*London Approach*”<sup>19</sup> e os “*out-of-court procedures*”, que consistem na resolução da situação por via extrajudicial, envolvendo por vezes a participação de uma entidade que funcione como mediador ou árbitro, (como por exemplo o procedimento extrajudicial de conciliação - PEC), no estrangeiro, estes já são conhecidos e usados há muito tempo, de forma a dar resposta às necessidades.

Ultimamente apareceram os “*hybrid procedures*”<sup>20</sup>, incluindo-se aqui os “*pre-packaged insolvency plans*”, que têm por base um plano pré-negociado de reestruturação ou recuperação, e também os “*fast track court approval procedures*”, que são instrumentos judiciais de planos de recuperação.

O PER, agora criado, encontra por isso semelhanças com regimes previstos noutros ordenamentos jurídicos, nomeadamente com a “*Vorbereitnngener Sanierung*” do Direito alemão e com o “*preconcurso de acredores*” do Direito espanhol<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> A “*London Approach*” é um conjunto de princípios não vinculativos que servem para orientar a reestruturação extrajudicial das dívidas das empresas em dificuldades com vista a uma sua possível recuperação. Tal inspirou os “*Statement of Principles for a Global Approach to Multi Creditor Workouts*”, aprovados pela INSOL Internacional em 2000 (*INSOL Principles*)

<sup>20</sup> Para SERRA, Catarina “Combinam uma fase informal (ou negocial) e uma fase formal (judicial), acumulando, portanto, as vantagens de uma e outra. As suas características essenciais são, em primeiro lugar, o efeito vinculativo do acordo não obstante a oposição de alguns (a regra da unanimidade é substituída pela regra da maioria) e, em segundo lugar, a homologação do acordo por uma autoridade independente (normalmente, o tribunal)”, “*A Contratualização da Insolvência: hybrid pocedures e pré-packs (A insolvência entre a Lei e a Autonomia Privada)*”, em “II Congresso do Direito das Sociedades em Revista”, vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, p.269.

<sup>21</sup> Neste contexto, acompanha-se, SERRA, CATARINA, *Emendas à lei da insolvência portuguesa*, em “Direito das Sociedades em Revista”, 2012, nº7, p.127-128.

Relativamente ao regime jurídico consagrado em Espanha, de acordo com o disposto no art.5 bis da Ley Concursal permite-se ao devedor “*solicitar el precurso de acredores*”, ou seja, alarga-se o prazo para apresentação à insolvência comunicando ao tribunal competente para a sua declaração de insolvência que iniciou negociações para alcançar um acordo de refinanciamento, o chamado “*acuerdo de refinanciación*”, ou para obter o acordo dos credores a um plano de insolvência (“*propuesta anticipada de convenio*”). Decorridos três meses desde a declaração, o devedor, logrando ou não os seus objetivos, deverá apresentar-se à insolvência no período do mês seguinte, excepto quando já não se encontre em situação de insolvência. A lei favorece, a celebração destes acordos de refinanciamento, tendo sido estabelecidos diversos mecanismos de proteção.

Apesar das inúmeras semelhanças com o processo consagrado no regime jurídico português, o nosso PER distingue-se do instituto espanhol e do regime consagrado na Alemanha, quanto à sua inserção sistemática na lei, o que lhe confere carácter autónomo relativamente aos instrumentos tradicionais de recuperação, que, no caso do ordenamento jurídico português, é o plano de insolvência. Por um lado, o instrumento alemão e o espanhol não evitam, por si só, o processo de insolvência, servindo apenas para preparar um plano de insolvência, pressupondo que a declaração de insolvência venha a ter lugar. Quanto as destinatários, também diferem do PER português, sendo que no âmbito destes ordenamentos tal processo é aplicável a devedores insolventes.

O PER, também se assemelha em alguns aspectos com o regime consagrado no capítulo II do *United States Bankruptcy Code*<sup>22</sup>, onde se estabelece a recuperação e reorganização económica e financeira do devedor através de um plano de recuperação aprovado pelos credores e homologação pelo tribunal.

---

<sup>22</sup> O *Bankruptcy Code*, “Lei das Falências”, aprovado em 1978, e alterado já diversas vezes, é a lei uniforme que rege todos os pressupostos de falência nos Estados Unidos.

A lei americana regula a recuperação das empresas e pessoas singulares nos capítulos 7, 11 e 13 do *United States Bankruptcy Code*.

Deste modo, o capítulo 7 destina-se aos devedores que não são capazes de honrar as suas obrigações. O capítulo 11 é um processo mais complexo, com recurso a um plano de reorganização que regula a forma como as dívidas serão pagas, em que percentagem, sendo apresentado aos credores para aprovação. Tal funciona como uma forma de reorganização e recuperação do devedor sem que se estabeleçam limites dos valores em dívida. De facto, este processo permite aos devedores gerir e manter a posse dos seus bens e proveitos e cumprir com os pagamentos aos credores, embora sob eventual supervisão do tribunal e de um comité nomeado<sup>23</sup>. No entanto, embora seja o capítulo do código falimentar americano mais flexível, e ao qual recorrem a maioria das empresas, tal detém uma taxa de sucesso reduzida.

Por sua vez, o capítulo 13, é um recurso para os devedores que tencionam pagar as suas dívidas ao longo de um período de três a cinco anos ou que possuem contratos e obrigações em atraso. Recorrem assim a este capítulo, dado que caso no capítulo 7 perdem a propriedade dos bens, que são vendidos para liquidar as dívidas.

O preceituado no capítulo 11 assemelha-se ao PER, sendo que também o PER concretiza um mecanismo que pretende possibilitar que os devedores mantenham os seus activos e rendimentos através de um plano de recuperação e reorganização, com a supervisão e aprovação dos credores e do tribunal, embora a lei americana tenha uma tramitação e formalismo diverso do PER.

Em termos nacionais, a criação de procedimentos de revitalização também não é nova, sendo que o recém-criado PER tem semelhanças com instrumentos legislativos anteriores e que visaram os mesmos objetivos.

---

<sup>23</sup> Cfr. MARTINS, LUÍS M., *Recuperação de Pessoas Singulares*, Almedina, 2012 (2ª edição), p.19.



Assim, o Decreto-Lei nº 353-H/77, de 29 de Agosto, que instituiu a declaração de empresas em situação económica difícil e que constituiu uma actualização do Decreto-Lei nº 864/76, de 23 de Dezembro e o Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 201/2004, de 18 de Agosto, que regula o “Procedimento Extrajudicial de Conciliação” – PEC – para a viabilização de empresas junto do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI).

Sendo que, a grande diferença que se regista entre os procedimentos anteriormente criados e o ora aprovado prende-se com o facto de que enquanto nos instrumentos anteriores existia uma entidade terceira como mediadora entre o devedor e os seus credores (no PEC o processo é mediado pelo IAPMEI), no PER as negociações ocorrem diretamente entre o devedor e os seus credores, com a tutela do administrador judicial provisório e supervisão do tribunal.

### 3. PRESSUPOSTOS

#### 3.1 PRESSUPOSTO SUBJECTIVO

Nos termos do nº 2 do art.17º-A<sup>24-25</sup>, qualquer devedor que, mediante declaração escrita e assinada, ateste que reúne as condições necessárias para a sua recuperação, e esteja munido da declaração prevista no nº1 do artigo 17º-C, pode dar início ao PER, pelo que, este encontra-se somente vedado ao devedor que se encontre em situação de insolvência actual<sup>26</sup>.

O devedor, bem como os respectivos administradores, são responsabilizados pelas referidas declarações nos termos do nº 11 do artigo 17º- D.

Na ausência desta declaração, e à semelhança do disposto na alínea b) do nº1 do art.27º, o juiz deve convidar o devedor a juntá-la, sob pena de encerramento do processo ou não homologação do plano por violação grave das regras do processo.

---

<sup>24</sup> Note-se, a lei em momento algum refere a sua aplicação limitada a determinados entes. Ou por outra, ao longo dos vários normativos ao PER dirigidos, é patente a referência a que este processo especial pode ser utilizado “por todo o devedor”. *Vide* nomeadamente o nº11 do art.17º-D, onde se elucida a possibilidade de as pessoas singulares recorrerem ao procedimento statuindo que “O devedor, bem como os seus administradores de direito ou de facto, no caso de aquele ser uma pessoa colectiva, são solidária e civilmente responsáveis pelos prejuízos causados aos seus credores em virtude da falta ou incorrecção das comunicações ou informações a estes prestadas, correndo autonomamente ao presente processo a acção intentada para apurar as aludidas responsabilidades”.

<sup>25</sup> No caso das pessoas singulares será uma alternativa à apresentação de um plano de pagamentos, quando reunidos os pressupostos do art.249º.

<sup>26</sup> Contrariamente, SERRA, CATARINA em *O Regime português da insolvência*, Almedina, 2012, (5ªEddição), p.177, considera “Apesar do que dispõem as normas dos arts. 1º, nº2 e 17º, nºs 1 e 2, a verdade é que nada garante que as empresas insolventes são excluídas e que o PER pode acabar por se aplicar a devedores em situação de insolvência actual”.

Porém, admitimos que em caso de manifesta inviabilidade o juiz rejeite de imediato o PER, sendo que, se cabe ao juiz dar despacho sobre esta matéria, não se poderia admitir que ficasse impotente perante uma clara ilegalidade<sup>27</sup>.

O PER pode assim ser utilizado por qualquer devedor<sup>28-29</sup>, seja qual for a sua natureza jurídica desde que se encontre sem situação económica difícil ou insolvência iminente e susceptível de recuperação<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> Veja-se por exemplo, o caso relatado no acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 10-07-2013, Relator Carlos Moreira : antes de requerer o PER, o devedor tinha-se apresentado, por três vezes, à insolvência, alegando que a sua situação de insolvência era actual e real; os primeiros dois pedidos foram indeferidos liminarmente e no último a petição inicial fora desentranhada por falta de pagamento de taxas de justiça inicial.

<sup>28</sup> A Proposta de Lei 39/XII anunciava que o PER abrange todos os devedores, entendidos em sentido amplo e sem menção especial se são pessoas singulares ou colectivas, concluindo-se na exposição de motivos que: “O processo especial de revitalização pretende assumir-se como um mecanismo célere e eficaz que possibilite a revitalização dos devedores que se encontrem em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente mas que ainda não tenham entrado em situação de insolvência actual”.

<sup>29</sup> Neste sentido fazemos equiparação ao devedor para efeitos de insolvência, pelo que aplicando o art.2º, concluímos que todas as entidades enumeradas no nº1 se podem apresentar a PER. Assim, nos termos do art. 2º, nº1 podem, então, ser sujeitos da declaração de insolvência as pessoas singulares e as pessoas colectivas – i.e., os particulares, os comerciantes, ou os empresários em nome individual, as sociedades comerciais e civis sob forma comercial, as sociedades profissionais, que, não obstante serem civis, têm personalidade jurídica, as cooperativas, os agrupamentos complementares de empresas (ACE) e os agrupamentos europeus de interesse económico (AEIE), as associações, as fundações, etc. – e os patrimónios autónomos – i.e., as sociedades comerciais sem personalidade jurídica, as sociedades civis, as associações sem personalidade jurídica e as comissões especiais, a herança jacente, o estabelecimento individual de responsabilidade limitada (EIRL), etc.

<sup>30</sup> Neste sentido Ana Prata, Jorge Morais de Carvalho e Rui Simões em *Código da Insolvência e Recuperação de Empresas Anotado*, Almedina, Setembro de 2013, p.54.

### 3.2 PRESSUPOSTOS OBJECTIVOS

Para ser um devedor apto no âmbito do PER, este tem que se encontrar numa de duas situações: estar numa situação económica difícil, isto é, enfrentar dificuldades sérias para cumprir pontualmente as suas obrigações, nomeadamente por falta de liquidez, por não conseguir obter crédito (art. 17º-B), ou outro motivo atendível, ou estar numa situação de insolvência meramente iminente<sup>31</sup>, isto é, ter a percepção de que, de futuro e num curto prazo, não conseguirá cumprir as suas obrigações.

Quanto à situação económica difícil, a dificuldade em cumprir as obrigações pode ter origem noutras causas além das elencadas no artigo, uma vez que ambas as situações aí previstas são meramente exemplificativas<sup>32</sup>. Deste modo, no respeitante às dificuldades sérias o que se exige é que as obrigações em causa a que o devedor se encontra sujeito a cumprir se vençam a curto prazo e não estejam vencidas à data da apresentação do PER, pois neste caso já estará em estado de insolvência. No que respeita à falta de liquidez, esta poderá ocorrer mesmo quando os activos da empresa sejam superiores ao passivo, imperativo é o devedor não ter condições para cumprir as suas obrigações vencidas porque, por exemplo, os bens que detenha não serem líquidos nem facilmente convertíveis em dinheiro<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> FERNANDES, LUÍS A. CARVALHO E JOÃO LABAREDA, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Quid Juris - Lisboa, 2012, “(...) a iminência da insolvência caracteriza-se pela ocorrência de circunstâncias que, não tendo ainda conduzido ao incumprimento em condições de poder considerar-se em situação de insolvência já actual, com toda a probabilidade a vão determinar a curto prazo, exatamente pela insuficiência do activo líquido e disponível para satisfazer o passivo exigível”.

<sup>32</sup> Cfr. MARTINS, LUÍS M., *Recuperação de Pessoas Singulares*, Almedina, 2012 (2ª edição), p.27.

<sup>33</sup> Do mesmo entendimento, vide o Ac. TRL de 3.06.2011, Relator: Olindo Geraldes, mencionando “se o devedor, por falta de capacidade creditícia, estiver impossibilitado de cumprir pontualmente a generalidade das suas obrigações, incorre na situação de insolvência, mesmo dispondo de um activo superior ao passivo. Na verdade, mais do que a mera superioridade do activo sobre o passivo, releva nesta matéria sobretudo, a capacidade

O CIRE não concretiza o conceito de “insolvência iminente”, continuando a mostrar-se necessária uma análise concreta da situação do devedor<sup>34</sup>.

Para Luís M. Martins<sup>35</sup>, estar em situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente acabará por se reconduzir à mesma situação, uma vez que se tem dificuldades sérias em cumprir pontualmente as obrigações, acaba por se encontrar numa situação de insolvência iminente<sup>36</sup>.

Além dos pressupostos mencionados, é ainda requisito legal nas duas situações que o devedor só poderá recorrer ao PER se for susceptível de recuperação<sup>37</sup> e tiver condições para o efeito.

---

concreta do devedor para cumprir pontualmente a generalidade das suas obrigações para com os credores (...). A situação de insolvência corresponde a uma incapacidade de cumprimento, em que alguém, por carência de meios próprios e por falta de crédito, se encontra impossibilitado de cumprir pontualmente as suas obrigações. Se o devedor, por falta de capacidade creditícia, estiver impossibilitado de cumprir pontualmente a generalidade das suas obrigações, incorre na situação de insolvência mesmo dispondo de um activo superior ao passivo.”

<sup>34</sup> Para SERRA, CATARINA, *O Regime português da insolvência*, Almedina, 2012 (5ª Edição), p. 176-177, “pode, com alguma segurança dizer-se que a insolvência iminente é a situação em que o devedor já antevê que estará impossibilitado de cumprir as suas obrigações quando elas se vencerem, no futuro próximo”.

<sup>35</sup> Em *Recuperação de Pessoas Singulares*, Almedina, 2012 (2ª edição), p.21.

<sup>36</sup> Sufragando o mesmo entendimento, para LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas – Anotado*, Almedina, 2012 (6ª edição), p.59, “Cremos que este conceito acabará por não se distinguir muito da insolvência iminente (art.3º, nº4), que aliás é igualmente considerada como fundamento do processo de revitalização”.

<sup>37</sup> De acordo com o Memorando: “as negociações só devem ocorrer nos casos em que os devedores, pese embora se encontrem em dificuldades económicas, estão ainda em condições de serem recuperados, pela aplicação de medidas que permitam o seu refinanciamento ou a reestruturação do passivo (somente assim se conseguirá assegurar que tal procedimento não é

Decorre do exposto, que poderá haver o uso indevido do PER, uma vez que nada haverá a perder pelo devedor, independentemente de quais sejam as verdadeiras condições deste<sup>38-39</sup>.

---

utilizado como forma dilatória de retardar a declaração de insolvência dos devedores que, pela sua condição económica, já não sejam passíveis de recuperação”.

<sup>38</sup> Para SERRA, CATARINA, *Emendas à lei da insolvência portuguesa*, em “Direito das Sociedades em Revista”, 2012, nº7, p.124, “Quanto aos devedores que, não obstante em situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente, não consigam de facto, reunir as condições necessárias para a sua recuperação, não perdem nada em apresentar a referida declaração escrita e assinada. Tendo esta um valor certificativo muito limitado (para não dizer inexistente) e nada mais se exigindo para atestar as referidas condições, há sempre a possibilidade de o juiz despachar favoravelmente com base no preenchimento formal do requisito”.

<sup>39</sup> A lei estabelece que pode recorrer ao PER quem estiver “em situação económica difícil” ou em “situação de insolvência iminente”. Importa, pois, o preenchimento destes requisitos para que se possa recorrer ao PER. Contudo, a lei nada refere a quem cabe apreciar a verificação do preenchimento destes requisitos. Verifica-se que os Tribunais não o fazem, limitando-se, numa fase inicial, a nomear o Administrador Judicial Provisório, e numa fase posterior, a apreciar o resultado da votação e decidir pela homologação, ou não, do Plano. Importa, pois, a este respeito existir uma maior sindicância dos Tribunais.

## **4. NOMEAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL PROVISÓRIO**

O tribunal, recebida a comunicação prevista na alínea a) do nº3 do art. 17º-C, deve nomear de imediato<sup>40</sup>, por despacho, o administrador judicial provisório, nos termos dos arts. 32º a 34º do CIRE, devidamente adaptados<sup>41</sup>.

Em termos análogos ao disposto na alínea a) do nº1 do art. 27º, o juiz deve recusar a nomeação do administrador judicial provisório e encerrar o processo, quando o PER seja improcedente ou ocorram, de forma clara, excepções dilatórias insupríveis de que deva conhecer oficiosamente.

### **4.1 AS FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR JUDICIAL PROVISÓRIO**

No PER, a seguir aos credores, o administrador judicial provisório é o sujeito de quem o desenrolar do processo mais depende<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Na versão do “Anteprojecto de diploma que altera o CIRE, de 24.11.2011”, propunha-se o prazo de 1 dia para prolação do despacho. Cfr. Ac. TRP, Relator: José Amaral, “colhe-se do Parecer do CSMP, (...) ter sido considerado e notado como demasiado curto o prazo de 1 dia útil para o juiz (...) (p 5 do Parecer). Vantagem que o legislador desprezou (...)”

<sup>41</sup> No mesmo sentido cfr. Ac. TRP de 21/10/13, Relator Caimoto Jacóme : “ I- A nomeação de um administrador judicial provisório está prevista no CIRE, designadamente no PER, sendo da competência do juiz (ver arts. 17º-D, 31º e 32º) (...) III- O juiz deve, em regra, optar pela nomeação equitativa e aleatória do administrador judicial provisório ou da insolvência, com recurso à lista oficial publicada no DR, e apenas em casos muitos específicos é que se pode atender à indicação feita pelos requerentes; IV- A Lei nº 22/2013, de 26/02, veio dar mais força a este entendimento, ao impor ao juiz, no caso de não ser possível recorrer ao sistema informático que a lei prevê para nomeação do AI (...), “que assegure a aleatoriedade da escolha e a distribuição em idêntico número dos administradores judiciais nos processos” (cfr. Nº2, do art. 13º).

<sup>42</sup> Cfr. SERRA, CATARINA, *PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO – contributos para uma “rectificação”*, em “Revista da Ordem dos Advogados”, Ano 72, Abr./Set.2012, Lisboa.

O administrador judicial provisório desempenha funções como receber reclamações de créditos e elaborar a relação provisória de credores, participar nas negociações entre o devedor e os credores, orientando e fiscalizando o decurso dos trabalhos e a sua regularidade (17º-D, nº 3 e 9), autorizar a prática dos actos de especial relevo descritos no art. 161<sup>o43</sup> (17º-E, nº2), atestar a aprovação do plano, sendo aprovado, abre os votos e conta-os em conjunto com o devedor (17º-F, nº1 e 4) e em caso de não ser aprovado comunica tal ao processo, tendo que, ouvido o devedor, emitir parecer no sentido de o devedor se encontrar ou não em estado de insolvência, requerendo, em caso afirmativo, a sua declaração de insolvência (17º-G, nº 1 e 4) <sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Nas palavras de SILVA, FÁTIMA REIS, “a falta de resposta do administrador a pedido de autorização para a prática de acto de especial relevo equivale a recusa. A consequência da prática, pelo devedor, após nomeado administrador judicial provisório, de actos de especial relevo sem autorização é a ineficácia, segundo o art.81º, nº6, aplicável ex vi art.34º, por comando do disposto no art. 17º-C, nº3, al. a), suprível por ratificação posterior do administrador judicial provisório”, em *Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora, 2014, p.57.

<sup>44</sup> A falta de estrutura organizacional de alguns Administradores Judiciais Provisórios no que respeita à resposta/acompanhamento a prestar aos credores após recepção das reclamações de créditos, nomeadamente, quanto à prestação de informação quanto ao resultado das votações e ao controlo do processo. Muitas das vezes é deixado ao livre arbítrio dos devedores o controlo e o acompanhamento das negociações, demitindo-se o Administrador Judicial Provisório das funções legalmente assumidas. Veja-se, por exemplo, que nem todos os Administradores Judiciais Provisórios notificam os credores do resultado da votação ou da remessa dessa votação para o Tribunal. Com isto o credor, antes de tomar conhecimento da aprovação, corre o risco de ser notificado pelo Tribunal da homologação de um PER e não poder requerer a sua não homologação. Com efeito, nos termos da lei, o credor (que tenha votado contra a um PER) após aprovação dispõe de um prazo de 10 dias para requerer a sua não homologação. Ora, como é bom de ver, se o credor não tiver conhecimento dessa aprovação desconhecerá o início do prazo para requerer a não homologação. Esta dificuldade poderia porventura ser suprida com o acesso dos Administradores Judiciais Provisórios ao portal *Citius* e à obrigatoriedade de publicação do acto de votação (com aprovação ou não) no referido portal.



## 5. RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS

Após receber a notificação do despacho de nomeação de administrador judicial provisório, o devedor comunica de imediato e por carta registada a todos os seus credores que deu início a negociações com vista à sua revitalização<sup>45</sup>.

### 5.1 O PRAZO PARA RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS

Nos termos do nº 2 do art.17º-D, qualquer credor dispõe de 20 dias<sup>46</sup> para reclamar créditos desde a publicação do despacho judicial no portal *Citius*, devendo as reclamações ser dirigidas ao administrador judicial provisório.

O disposto no nº 4 do art.17º-C, determina a aplicação ao mesmo despacho do disposto nos arts. 37º e 38º, preceitos que prescrevem a citação de credores e outros interessados.

É duvidoso, saber se ao prazo para reclamação de créditos é aplicável a dilação de 5 dias prevista no nº 7 do art.37º. Se se optar por entender que a publicação referida, em

---

<sup>45</sup> Neste sentido, a comunicação prevista no nº1 do artigo 17º-D visa informar os credores do início do PER e convidá-los a participar nas negociações. Contudo a lei não refere qual a consequência se esta comunicação for omitida. Neste sentido note-se que o prazo para apresentação das reclamações de créditos não se conta desde a recepção daquela comunicação, mas sim da publicação no portal *Citius* do despacho judicial de nomeação do administrador judicial provisório.

<sup>46</sup> “Os 20 dias são contínuos e, se terminarem em sábado, domingo ou feriado transferem-se para o primeiro dia útil seguinte, nos termos do processo civil. Nem faria qualquer sentido aplicar as regras do procedimento administrativo, quando o PER – embora em grande parte extrajudicial - é um processo que se quer célere e mesmo o prazo da reclamação de créditos em processo de insolvência se conta de forma contínua. Isto torna-se inequívoco uma vez que o legislador estabeleceu, logo no número seguinte, um prazo em dias úteis, assim consagrando uma clara distinção entre ambos.”- CASANOVA, NUNO SALAZAR/DINIS, DAVID SEQUEIRA, *em O Processo Especial de Revitalização (de acordo com a Lei nº 16/2012, de 20 de Abril)*, 1ª edição, Coimbra Editora, Março 2014, p.49.

relação aos credores, não tem a função e valor de citação (art.219º, nº1, in fine do Código de Processo Civil) então não há dilação para o prazo de reclamação de créditos.

Neste sentido, nos termos do nº2 do art.17º-D, o prazo para a reclamação de créditos conta-se desde a publicação do anúncio no portal *Citius*<sup>47</sup>, não fazendo nenhuma distinção entre credores. No processo de insolvência, o prazo para a reclamação de créditos conta-se desde a notificação aos credores, ao contrário, no PER o legislador estabeleceu um momento em concreto, o da publicação do despacho judicial no portal *Citius*. Se se aplicasse uma dilação de 5 dias, seria aplicar uma dilação a todos os credores vagamente, o que na prática resultaria em alterar o prazo para a reclamação de créditos de 20 para 25 dias.

Exposto isto, não nos parece que a vontade do legislador tenha sido aplicar a dilação de 5 dias e não nos parece também que tal seja preciso para assegurar um prazo satisfatório<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> O nº 2 ,do art.17º-D, do CIRE estipula que a lista provisória de credores deve ser apresentada pelo Administrador Judicial Provisório no prazo de 5 dias após o *terminus* do prazo da reclamação de créditos e imediatamente publicitada no portal *Citius*. Na prática, e em regra, os Administradores Judiciais Provisórios não respeitam este prazo, o que atrasa o processo e obriga os credores a diariamente consultarem o portal *Citius* no sentido de verificarem se a mesma foi apresentada e publicitada, tal facto advém dos Administradores Judiciais Provisórios não terem acesso ao portal *Citius*, consequentemente não consegue um credor, com a certeza jurídica que se impõe, controlar a publicação da lista provisória de créditos; ou seja, ainda que o Administrador Judicial Provisório cumpra o prazo imposto por lei (envio para tribunal da lista provisória de créditos nos 5 dias após o termo do prazo para apresentação das reclamações de créditos), os Tribunais nunca procedem à respectiva publicação acto contínuo. Esta publicação assume grande importância na medida em que estabelece o momento a partir do qual se iniciará a contagem do prazo de 5 dias para a impugnação da lista provisória – sob pena de se tornar em lista definitiva – e do prazo de dois meses para a conclusão das negociações com os credores.

<sup>48</sup> No mesmo sentido, cfr. Ac. TRG, de 14-02-2013, Relator: Manso Rainho, : “O prazo de 20 dias de que o credor dispõe para reclamar o seu crédito no âmbito do processo especial de

Passados os 20 dias, a lei reconhece aos credores a possibilidade de ainda participarem nas negociações em curso, a todo o tempo, mediante carta registada enviada ao devedor (art.17º-D, 7). Desta forma, o legislador consegue garantir a posição daqueles credores que nem foram indicados pelo devedor nos termos do art.17º-C nº3 b) e 24º nº1, a), nem foram notificados nos termos do art.17º-D,1.

Assim, os credores que não reclamaram e que não constam da lista de credores elaborada pelo administrador judicial provisório, podem participar nas negociações em momento ulterior<sup>49</sup>.

## 5.2 A LISTA PROVISÓRIA: ELABORAÇÃO E CONTEÚDO

Terminado o prazo das reclamações, o administrador judicial provisório elabora, em cinco dias<sup>50-51</sup>, uma lista provisória de créditos<sup>52</sup>, entrega-a no tribunal e, sem qualquer intervenção do juiz, a lista é publicada no portal *Citius*.

---

revitalização conta-se da data da publicação do despacho de nomeação do administrador judicial provisório no portal *Citius*, não havendo lugar à dilação estabelecida no art. 37º do CIRE”; Em sentido contrário cfr Ac. TRC de 19/12/12, Relator: Maria Inês Moura, no qual se decidiu a aplicação das formalidades do art.37º, enquanto citação ao PER, não lhe anotou nenhuma particularidade nem afastamento do regime geral.

<sup>49</sup> EPIFÂNIO, MARIA DO ROSÁRIO, *Manual de Direito da Insolvência*, 5ªEd, Almedina, Coimbra, 2013, “A lei não é clara quanto à necessidade de os credores signatários da declaração prevista no art. 17º-C, nº1, reclamarem os respectivos créditos para efeitos de elaboração da lista provisória”, e ainda “(...)por força do art.17º-D, nº7, os credores podem participar nas negociações, através de carta registada enviada ao devedor, que deverá, ser junta ao processo. Uma vez que não está contemplada na lei a possibilidade de reclamação e verificação ulterior de créditos, os créditos destes participantes tardios deverão constar da lista definitiva de créditos”.

<sup>50</sup> É de sublinhar que este curto prazo se conta seguido. Para MARTINS, LUÍS M., *Recuperação de Pessoas Singulares*, Almedina, 2012 (2ªedição), p.40, este prazo de cinco

### 5.3 A IMPUGNAÇÃO DA LISTA PROVISÓRIA

Esta lista pode ser impugnada por qualquer interessado, designadamente por inclusão ou exclusão indevidas de créditos, por divergências de montantes ou de qualificação dos créditos (art.130º, nº2), no prazo de cinco dias úteis<sup>53</sup>, a contar da publicação no *Citius*<sup>54-55</sup>

---

dias releva-se manifestamente curto, atendendo ao facto de a lista apresentada pelo administrador judicial provisório ter de ser redigida nos termos do art.129º.

<sup>51</sup> Também a Procuradoria-Geral da República (Conselho Superior do Ministério Público) no seu parecer considerou demasiado curtos os prazos previstos para as decisões a proferir pelo juiz, alertando para as vantagens do tempo suficiente para a análise do pedido, de modo a poder despistar eventuais situações de abuso do procedimento ou de mera desconformidade do pedido com a lei.

<sup>52</sup> Cfr. Ac. TRL, de 09-05-2013, Relator Ondina Carmo Alves, “ 2- Face à virtualidade de o processo especial de revitalização poder ser convertido em processo de insolvência, não estando prevista a possibilidade de os credores que constem da lista apresentada pelo administrador judicial provisório, poderem proceder, no âmbito da insolvência, a nova reclamação de créditos, impõe-se que tal lista se apresente tão exaustiva quanto possível, com a identificação de cada credor reclamante, o fundamento e montante dos créditos, a natureza garantida, privilegiada, comum ou subordinada desses créditos reclamados”.

<sup>53</sup> SILVA, FÁTIMA REIS, *A verificação de créditos no processo de revitalização*, em “II Congresso Direito da Insolvência”, Almedina, Lisboa, 2014, p. 259, “Dadas a natureza do processo e sua finalidade e previsão expressa no art.17º-D nº3, não se aplica a este tipo de processos e a este prazo em concreto o disposto no art.139º nº5 do Código de Processo Civil, atento o disposto do no art.17º do CIRE”

<sup>54</sup> Segundo FÁTIMA REIS SILVA, (*Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora, 2014, p.42.) : “Outra questão relacionada com esta matéria é a de saber se é permitido, sob a veste de impugnação da lista, a reclamação de créditos não reclamados no prazo legal. Ou seja, saber se o credor, não tendo reclamado créditos nos 20 dias de que dispunha para o efeito, pode vir impugnar a lista, designadamente alegando indevida exclusão por o crédito poder ser conhecido por outra forma. A resposta a esta questão, para nós, é claramente negativa (...) Se o credor não reclamou créditos e não constava da lista junta pelo devedor não pode argumentar indevida exclusão como fundamento de impugnação da lista”.

## 5.4 A DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO DA LISTA PROVISÓRIA

De seguida, nos termos do art.17º-D nº3, o juiz dispõe do prazo de cinco dias úteis<sup>56</sup> para decidir as impugnações<sup>57-58</sup>

Porém, nas palavras do Juiz Conselheiro Doutor João Aveiro Pereira “a própria lei admite que a questão das impugnações possa não ser decidida em tão apertado prazo e se chegue ao momento da votação do acordo sem o quórum deliberativo se encontrar fixado, podendo então o juiz computar, para o efeito, créditos impugnados ainda não reconhecidos, mas cujo reconhecimento considere seriamente provável”.

Caso não haja impugnações a lista torna-se definitiva, conforme o art.17º-D, nº4.

A decisão das impugnações torna a lista definitiva, embora a lei não o refira<sup>59</sup>.

---

<sup>55</sup> Neste sentido, cfr. Ac. TRL, de 09-05-2013, Relator Ondina Carmo Alves

<sup>56</sup> De acordo com JOÃO AVEIRO PEREIRA, “Cinco dias é simplesmente um prazo irrealista, pois não tem em conta certos processos com dezenas de impugnações, suscitando questões de facto e de direito, nem sempre repetidas ou fáceis.”, *O Processo Especial de Revitalização* em “O Direito”, ano 145, 2013 – I/II, Almedina, Coimbra, p.38

<sup>57</sup> De notar que o Tribunal, à luz da lei, tem 5 dias após o *terminus* do prazo das impugnações para decidir. Na prática este prazo nunca é respeitado. Importa a este respeito referir que estes prazos estão totalmente desajustados com a realidade dos Tribunais e com a boa realização da Justiça, pois não é credível que o Tribunal em 5 dias possa ouvir prova e proferir justa decisão.

<sup>58</sup> Não se regula se existe direito de resposta às impugnações, chegando-se à conclusão que não, neste sentido, segundo Fátima Reis Silva “devido ao facto de o texto legal, ao prazo para impugnação, fazer suceder a decisão pelo juiz”, ou, nas palavras de João Aveiro Pereira “o juiz decide sobre as impugnações formuladas, o que significa que não há direito de resposta às impugnações, até porque o prazo de cinco dias não permite alargar o debate contraditório”.

<sup>59</sup> Cfr. SILVA, FÁTIMA REIS, *Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora, 2014, p.43.

Segundo o nº 6 do art.17º-F, caso o acordo seja atingido e homologado, a decisão do juiz vincula os credores mesmo que não hajam participado na negociação e não tenham reclamado créditos. Deste modo, os acordos são independentes da lista e regulam-se quanto a todos os credores, sendo que os credores que não constam da lista não deixam de ser credores nem de estar abrangidos pelo plano e a devedora também não fica desonerada de cumprir para com eles.

No caso de não aprovação do plano de recuperação, se o PER encerrar sem aprovação e sem requerimento de insolvência, não há nenhum efeito da lista e das suas impugnações; nos termos do art.17º-G, nº7, caso haja lista definitiva de créditos reclamados e o processo seja convertido em processo de insolvência, o prazo previsto na al.j) do nº1 do art.36<sup>60</sup> destina-se apenas à reclamação de créditos não reclamados no PER<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Este prazo corresponde ao prazo de reclamação de créditos fixado na sequência de declaração de insolvência.

<sup>61</sup> Para, FÁTIMA REIS, SILVA “a interpretação correcta deste preceito, cuja redação resultou algo infeliz entre as suas várias versões, não pode deixar de ser que os credores que já reclamaram créditos no PER podem não os reclamar novamente em processo de insolvência sequencial, porque os seus créditos se consideram reclamados, e não que não os podem reclamar novamente”, Em *Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora, 2014, p.44.

Em sentido contrário, o Ac. TRL de 09/05/2013, Relator Ondina Carmo Alves, interpretou o nº7 do art.17º-G como não permitindo aos credores que constem da lista definitiva de PER que reclamem novamente os seus créditos em processo subsequente de insolvência, chegando assim a conclusão diversa.

## 6. NEGOCIAÇÕES

### 6.1 O PRAZO DE NEGOCIAÇÕES E SUA PRORROGAÇÃO

Concluído o prazo para as impugnações, os declarantes dispõem do período de dois meses para concluir as negociações<sup>62</sup>, o qual poderá ser prorrogado por um período máximo de mais um mês<sup>63-64</sup>, sendo que tal prazo decorre independentemente da decisão de eventuais impugnações que tenham sido apresentadas<sup>65</sup>.

O acordo de prorrogação, por uma única vez e pelo prazo único de um mês é efectuado entre devedor e administrador judicial provisório que é junto aos autos e publicado no *Citius*, não tendo qualquer intervenção do juiz. Este acordo terá que ser atingido antes do termo do prazo das negociações.

---

<sup>62</sup> Não está uniformizado na doutrina e nos Tribunais o início do prazo de dois meses para a fase das negociações; ou seja, existem Tribunais que consideram que tal prazo tem início findo o prazo para apresentação das impugnações à lista provisória (Tribunal do Comércio de Lisboa); outros entendem que tal prazo se iniciará após julgadas/decididas que sejam as impugnações requeridas pelos credores.

<sup>63</sup> Para MARTIS, LUIS M., *Recuperação de Pessoas Singulares*, Almedina, 2012, (2ª edição), p.43, “Face a esta panóplia de tramitação e intervenção de partes e interesses, a lei confere o prazo de 3 meses para concluir as negociações, o que não deixa de ser reduzido. Sobretudo, se atendermos às mais diversas origens dos credores e do tempo que demoram a responder por razões burocráticas – desde as instituições financeiras ao próprio Estado”.

<sup>64</sup> Apura-se a falta de rigor no pedido da prorrogação por um mês do período das negociações, ou seja, quase sempre o pedido do devedor/Administrador Judicial Provisório de prorrogação é apresentado ou no último dia do prazo de dois meses ou já depois de decorrido tal prazo, tendo o credor ou que aguardar pela notificação pelo Tribunal desse deferimento (nem sempre garantido) ou então promover consultas diárias ao portal *Citius* para confirmar o início da referida prorrogação. Em alternativa, restará ao credor contactar os Administradores Judiciais Provisórios nem sempre disponíveis para respostas urgentes como o processo o impõe.

<sup>65</sup> Neste sentido, Ac. TRG de 10/10/13, Relator Isabel Rocha “O prazo previsto no art.17º-D, nº5, do CIRE relativo às negociações conducentes à recuperação do devedor, em Processo Especial de Revitalização, não depende da decisão das impugnações, deduzidas à lista provisória de créditos, iniciando-se findo o prazo das impugnações.”

O juiz, deve apenas verificar se a publicação foi feita e se o prazo de prorrogação foi respeitado, sendo que a prorrogação não depende de qualquer decisão de deferimento do juiz.

## **6.2 O PERÍODO DE NEGOCIAÇÕES**

Durante o período de negociações, não poderão ser instauradas contra o devedor quaisquer acções destinadas à cobrança de dívidas<sup>66</sup> e as acções com a mesma finalidade já a correr ficam suspensas (cfr. art.17º-E, nº1), extinguindo-se logo que seja aprovado e homologado plano de recuperação.

Embora a lei não refira, para Luís M. Martins<sup>67</sup> “também no PER se deve entender que a suspensão abrange as acções para cobrança de dívidas contra o devedor e quaisquer diligências ou providências que atinjam os bens do devedor (exemplo: medidas cautelares, penhoras, pagamentos ao exequente, etc.), sob pena de inviabilizar o procedimento”.

Durante o período de negociações o devedor tem uma obrigação acrescida de prestação de informações, tanto aos credores como ao administrador judicial provisório, segundo o nº6 do art.17º-D, obedecendo aos princípios orientadores da Resolução do Conselho de Ministros 43/2011.

A violação deste dever, pode ter como causa a não homologação do plano, caso seja relevante para o processo, para a decisão ou para o esclarecimento dos credores.

---

<sup>66</sup> Cfr. Ac. TRL de 11-07-2013, Relator Leopoldo Soares “ Para efeitos do disposto no art. 17º/E/1 do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 16/2012, de 20/04 não se deve considerar que as acções declarativas consubstanciam acções para cobrança de dívidas contra o devedor.”

<sup>67</sup> Em *Recuperação de Pessoas Singulares*, Almedina, 2012 (2ª edição), p.53.



Os credores devem declarar ao devedor a sua vontade de participar nas negociações e juntar a declaração ao processo.

O administrador judicial provisório participa, orienta e fiscaliza as negociações, devendo pugnar pelo êxito das mesmas.

## **7. A FINALIZAÇÃO DO PERÍODO DE NEGOCIAÇÕES MEDIANTE A APROVAÇÃO DE UM PLANO DE RECUPERAÇÃO**

### **7.1 A APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO**

Concluídas as negociações, o art.17º-F, nos seus nºs 1 e 2, prevê duas realidades possíveis: a aprovação do processo especial de revitalização por unanimidade de todos os credores e a sua aprovação por maioria, com base nos critérios do art.212º.

Assim, no nº1 do art.17º-F prevê-se que se as negociações desencadeadas permitirem alcançar um acordo unânime entre o devedor e todos os seus credores, o plano de revitalização resultante desse consenso deverá ser remetido de imediato ao processo para homologação ou recusa pelo tribunal.

Nos termos do nº4 do referido artigo, sendo o processo previsto para a votação por escrito, aplica-se o disposto no art.211º com as devidas adaptações, sendo os votos remetidos ao administrador judicial provisório, que os abre em conjunto com o devedor e elabora um documento com o resultado da votação. Anexo ao mesmo deverão estar todos os elementos relevantes para o tribunal poder apreciar a questão e decidir se homologa o plano ou não, (por exemplo: cópia dos requerimentos de voto enviados ao administrador judicial provisório e de outros que possam ter relevância na decisão judicial).

O nº 2 prevê a aprovação por maioria. Este preceito visa uma situação em que as negociações não culminam com a aprovação unânime do plano, sendo que neste caso, compete ao devedor o envio do plano de recuperação aprovado pelos credores para efeito de homologação judicial<sup>68</sup>. O envio do plano deverá ocorrer imediatamente

---

<sup>68</sup> Segundo PRATA, ANA; CARVALHO, JORGE MORAIS; SIMÕES, RUI, “O regime é diverso consoante o plano seja aprovado por todos os credores ou apenas por uma parte deles. Em qualquer dos casos, pressupõe-se o acordo do devedor, uma vez que, sem este, o plano

após a aprovação do plano, acompanhada da documentação legalmente exigida para a comprovação pelo tribunal, da aprovação do plano (cfr.nº5 do art.17º-F).

O CIRE confere ao juiz o dever de recusar a homologação do plano de recuperação aprovado, se comprovar que houve violação não negligenciável das normas aplicáveis ao conteúdo ou ao procedimento, se concluir que não se verificam as condições suspensivas do plano, no prazo razoável que estabeleça; quando não forem praticados os actos, ou executadas as medidas que devam proceder a homologação, nos termos do art.215º e ainda se nos termos do art.216º tal for solicitado pelo devedor<sup>69</sup>.

## 7.2 HOMOLOGAÇÃO DO PLANO

Dotado do plano, caberá ao devedor enviá-lo aos autos, para homologação ou recusa pelo juiz, que o deverá fazer no período de 10 dias, aplicando as regras contempladas no título IX, nomeadamente o exposto nos arts.215º e 216º.

A versão inicial do art. 17º-F, previa que se considera “aprovado o plano de recuperação que reúna a maioria dos votos prevista no nº1 do art.212º, sendo o quórum deliberativo calculado com base nos créditos relacionados contidos na lista de créditos a que se referem os n.ºs 3 e 4 do art. 17º-D, podendo o juiz computar os créditos que tenham sido impugnados se considerar que há probabilidade séria de tais créditos deverem ser reconhecidos, caso a questão ainda não se encontre decidida.”

---

não faria sentido no âmbito deste processo especial de revitalização.”, Em *Código da Insolvência e Recuperação de Empresas Anotado*, Almedina, Coimbra, 2013

<sup>69</sup> Neste sentido, cfr Ac. TRP, de 14-05-2013, Relator Vieira e Cunha, “ I – A recusa de homologação do Plano de Recuperação, em processo de revitalização, à luz do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas revisto, não prescinde das regras aplicáveis ao plano de insolvência, para efeitos do disposto no art. 215º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, encontrando-se entre as razões não negligenciáveis das regras procedimentais a violação injustificada da igualdade entre os credores – art. 194.º/1 do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas”.

Com a alteração introduzida pelo art.4º do D.L. nº 26/2015, de 6 de Fevereiro, o art. 17º-F, nº3 passou a ter a seguinte redacção: “Sem prejuízo de o juiz poder computar no cálculo das maiorias os créditos que tenham sido impugnados se entender que há probabilidade séria de estes serem reconhecidos, considera -se aprovado o plano de recuperação que:

- a) Sendo votado por credores cujos créditos representem, pelo menos, um terço do total dos créditos relacionados com direito de voto, contidos na lista de créditos a que se referem os n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º -D, recolha o voto favorável de mais de dois terços da totalidade dos votos emitidos e mais de metade dos votos emitidos corresponda a créditos não subordinados, não se considerando como tal as abstenções; ou
- b) Recolha o voto favorável de credores cujos créditos representem mais de metade da totalidade dos créditos relacionados com direito de voto, calculados de harmonia com o disposto na alínea anterior, e mais de metade destes votos corresponda a créditos não subordinados, não se considerando como tal as abstenções” .

Deste modo, com a recente alteração legislativa temos as seguintes alterações:

- 1º Fixa para apuramento do quórum e votação o total dos créditos relacionados na lista.
- 2º E permite ao Administrador Judicial Provisório – sem qualquer critério – escolher qual a modalidade de votação a aplicar ao caso tendo em conta a efectiva aprovação de um PER. Como será bom de ver, escolherão os Administradores Judiciais Provisórios a modalidade – de entre – as duas legalmente previstas nas alíneas a) e b) do novo art. 17º -F, nº3 – que melhor garantir a aprovação de um PER.

Assim, partimos do pressuposto que a referida alteração composta pelas duas alíneas só fará sentido no caso de a escolha da modalidade de votação incidir no Administrador Judicial Provisório, se a escolha não resultar deste, a al.b) não faz qualquer sentido. Sendo que, o objectivo do legislador não foi alcançado ao esclarecer o sentido e alcance da maioria necessária para a aprovação do plano de recuperação, permanecendo a lei omissa e surgindo dúvidas com a nova alteração legislativa.

Em consequência, podemos afirmar a existência de dualidade de critérios, a al.a) é do interesse para a doutrina do quórum constitutivo de pelo menos 1/3 do total dos créditos com direito de voto<sup>70</sup>, enquanto a al.b) é defendida pela tese de FÁTIMA REIS SILVA, a qual pelo contrário, afasta a previsibilidade da previsão do quórum constitutivo<sup>71</sup>.

Porém, sendo que al.a) é alternativa à al.b), não havendo critério para a utilização das duas alíneas, como a maioria prevista na al.a) é menos exigente do que a maioria prevista na al.b), os requisitos da al.a) preenchem-se desde logo, não sendo necessário recorrer à al. b).<sup>72</sup>

A homologação é regulada pelas regras previstas no CIRE para o plano de insolvência, nomeadamente aplicando-se o disposto nos arts.215º e 216º - não homologação oficiosa<sup>73</sup> e não homologação a pedido de um interessado. Neste

---

<sup>70</sup> CASANOVA, Nuno Salazar; DINIS, David Sequeira, *O Processo Especial de Revitalização (de acordo com a Lei nº 16/2012, de 20 de Abril)*, 1ª edição, Coimbra Editora, Março 2014, p.131.

<sup>71</sup> *Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora, 2014, p.60.

<sup>72</sup> Cfr. EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *O Processo Especial de Revitalização*, Almedina, Coimbra, Fevereiro 2015, pg.64.

<sup>73</sup> Neste sentido, cfr.:Ac. TRL, de 19-12-14, Relator: Roque Nogueira; no mesmo sentido: Ac.TRP, de 27-02-2014, Relator: Judite Pires, “- Deve oficiosamente ser recusada a homologação de um plano de recuperação, nos termos do artigo 215º do CIRE, quando se verifique a existência de “violação não negligenciável de regras procedimentais”; - Para se

sentido, o art.215º prevê os casos de não homologação oficiosa e o art.216º os casos de não homologação dependente do pedido de interessados.

Qualquer interessado pode suscitar perante o juiz a não homologação nos casos previstos do art.215º, no entanto tal pedido é indispensável nos casos do 216º.

O nº5 do art.17º-F não prevê qualquer prazo para a formulação deste pedido, pois estabelece um regime diferente do previsto no art.214º, relativo à homologação do plano de insolvência: “A sentença de homologação do plano de insolvência só poderá ser proferida decorridos pelo menos 10 dias sobre a data da respectiva aprovação ou, tendo sido objecto de alterações na própria assembleia, sobre a data da publicação da deliberação”.

O art.17º-F, nº5, estabelece um prazo máximo para homologação até 10 dias, o que significa que a sentença homologatória pode ser proferida no dia seguinte à recepção da documentação referida anteriormente.

Dito isto, importa não esquecer que, como a própria lei refere, as regras previstas nos artigos 215º e 216º são essenciais para que o tribunal analise a legalidade do plano de revitalização.

---

concluir pela existência ou não de tal vício importa indagar se o mesmo é susceptível de interferir com a boa decisão da causa, o que significa valorar se interfere ou não com a justa salvaguarda dos interesses protegidos ou a proteger - nomeadamente no que respeita à tutela devida à posição dos credores e do devedor nos diversos domínios em que se manifesta. - Constitui “violação não negligenciável de regras procedimentais” a omissão de notificação a um credor reclamante da impugnação à lista provisória de créditos visando alguns dos créditos por ele reclamados, e a não identificação da natureza dos créditos reclamados na lista apresentada pelo administrador judicial provisório.”

Deste modo, o art.215º delimita os casos e os termos em que o tribunal tem o dever de ofício de verificar a legalidade do plano, independentemente de tal lhe ter sido requerido por qualquer legitimado para o efeito<sup>74</sup>.

A remissão legal prevista no art.17º-F, nº5, para o art.216º não pode ser feita sem as necessárias adaptações.

Assim, a legitimidade activa para requerer a não homologação encontra-se sempre restringida no âmbito do PER, pois o devedor nunca poderá, em caso algum, opor-se ao plano que ele próprio subscreveu. De facto, e como acima já explicamos, o plano carece sempre de ser aprovado pelo devedor, não bastando o apoio ainda que unânime dos credores. Na prática, é como se, em sede de PER, valesse sempre a limitação expressamente prevista no art.216º, o qual restringe a possibilidade de o devedor se opor à homologação do plano quando este tinha sido o proponente do mesmo<sup>75</sup>. Nesta medida, sempre que exista acordo unânime sobre o plano, não será à partida, aplicável o disposto no art.216º, com excepção dos casos em que a não homologação seja requerida “por algum (...) sócio, associado ou membro do devedor (...)” (cfr.art.216º). Porém, o disposto no art.215º mantém toda a sua acuidade, devendo o tribunal exercer o seu controlo oficioso sobre a legalidade do plano.

Não há qualquer previsão de contraditório para o pedido de não homologação, seja nos termos do art.215º, seja nos termos do art.216º.

---

<sup>74</sup> Assim, o tribunal deve recusar oficiosamente a homologação do plano de revitalização: a) caso verifique a existência de violação não negligenciável de regras procedimentais ou das normas aplicáveis ao conteúdo do plano, qualquer que seja a sua natureza; e/ou b) quando, no prazo razoável que estabeleça, não se verificarem as condições suspensivas do plano ou não sejam praticados os actos ou executadas as medidas que devam proceder a homologação.

<sup>75</sup> Com interesse para a análise das normas em causa, importa ter em consideração o Ac.TRL, de 12.11.2013, Relator Cristina Coelho e o Ac.TRC, de 17.9.2013, Relator Maria Domingas Simões; sendo que ambos analisam os contornos dos fundamentos de não homologação do plano à luz dos arts.215º e 216º.

Desde logo, o juiz deve verificar se o plano contém condições suspensivas cuja verificação deva ter lugar previamente à homologação, nesse caso, se interrompendo o prazo de 10 dias de que dispõe, até ao cumprimento ou incumprimento, no prazo que seja fixado também pelo juiz (art.215º).

### **7.3 OS EFEITOS DO PLANO**

A decisão homologatória vincula todos os credores, mesmo que não hajam participado nas negociações (nº 6 do art.17º-F), e é publicada e publicitada pela secretaria do tribunal, nos termos dos arts.37º e 38º, com as devidas adaptações.

A secretaria deverá emitir uma nota de custas relativa ao processo de homologação, competindo ao devedor a obrigação de suportar as referidas custas, nos termos do nº7 do art.17º-F.

O plano homologado vincula todos os credores, mesmo os credores que não tenham intervindo (nomeadamente reclamando os seus créditos)<sup>76</sup>. Desta forma, verificados os requisitos, a lei autoriza que se imponham alterações aos créditos dos credores, ainda que contra a vontade destes.

Assim, homologado o plano e notificada a sentença homologatória aos interessados, os efeitos do plano verificam-se automaticamente. Deste modo, não é necessário que a sentença homologatória transite em julgado para que produza os seus efeitos<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup> Subsiste a seguinte dúvida: se, no final do processo, a lista não for definitiva, permanecerem impugnações por decidir, estes créditos, pura e simplesmente, são considerados, tendo em conta o art.17º-F, nº6? A lei não prevê expressamente e permanece a incerteza.

<sup>77</sup> Cfr. Ac. TRL, de 08-05-2014, Relator: Teresa Albuquerque, “ Não obstante o prazo a que aludem os arts 17º-F nº5 e 214º do CIRE ter a mesma dimensão temporal – 10 dias, têm um e outro naturezas diferentes. II- Enquanto no que respeita à sentença de homologação do plano de revitalização tal prazo se inicia de imediato, desde o momento em que nos autos seja recepcionada a documentação referente à votação do plano - podendo, pois, no limite ser



## **8. A FINALIZAÇÃO DO PERÍODO DE NEGOCIAÇÕES SEM APROVAÇÃO DE UM PLANO DE RECUPERAÇÃO**

### **8.1 O ENCERRAMENTO DO PROCESSO NEGOCIAL**

O art.17ºG prevê as situações em que o PER deverá ser encerrado. Deste modo, o encerramento do processo negocial dá-se: pelo decurso do prazo de negociações (nº1)<sup>78</sup>; caso o devedor conclua não ser possível alcançar o acordo, a qualquer momento antes de decorrido o prazo de negociações (nº1); caso a maioria dos credores prevista no nº3 do art.17ºF conclua não ser possível alcançar o acordo, a qualquer momento antes de decorrido o prazo de negociações (nº1); caso o devedor ponha termo às negociações, comunicando tal ao administrador, ao tribunal e a todos os seus credores (nº5).

---

proferido no primeiro desses 10 dias – no que respeita à homologação do plano de insolvência, esse prazo de dez dias destina-se, bem ao contrário daquele outro, a obviar, precisamente a que a sentença de homologação tenha lugar antes do seu total decurso. A decisão judicial de homologação ou a sua recusa deve, em princípio e neste segundo caso, ser proferida entre o décimo primeiro e o vigésimo dia seguintes sobre a data da respectiva aprovação. II- Estão em causa prazos que funcionam em sentidos opostos: com o do art.17º-F pretende-se concorrer para a celeridade e brevidade do processo especial de revitalização, onerando-se os credores com o cuidado de, querendo solicitar a não homologação do plano nos termos do art. 216º CIRE, terem preparado o requerimento necessário para esse feito, ao ponto de o apresentarem no próprio acto da sua votação (que há-de necessariamente ser contrária a esse plano), ou no máximo, imediatamente após a aprovação do plano, com o do art. 214º pretendeu-se assegurar aos credores (e aos outros legitimados nessa norma) o tempo, necessariamente não inferior a esses 10 dias, para melhor ponderarem o conteúdo do plano e melhor a ele reagirem na invocação dos fundamentos para a sua pretendida não homologação.”

<sup>78</sup> Cfr. Ac. TRC, de 12-03-2013, Relator Albertina Pedroso, “ I – Ultrapassado o prazo previsto no art. 17.º/D/5, o Processo Especial de Revitalização (PER) é encerrado. II – Porém, quando ali seja apresentado pelo administrador judicial provisório parecer no sentido de ser decretada a insolvência do devedor, a mesma é imediatamente decretada pelo Juiz no próprio PER, que se converte em processo de insolvência, ficando os autos iniciais apensos a este.”

O administrador judicial provisório, em qualquer dos casos, tem de, de acordo com a informação de que disponha e depois de ouvir o devedor e os credores, emitir o seu parecer sobre se o devedor se encontra neste momento em situação de insolvência ou não<sup>79</sup>.

Se o administrador judicial provisório concluir que o devedor não se encontra insolvente, então cessam todos os efeitos associados ao PER em virtude da extinção do mesmo, nos termos do art.17ºG nº2.

Caso o administrador judicial provisório conclua que o devedor se encontra insolvente, deverá aquele requerer a insolvência do devedor (17º-G, nº4), sendo esta declarada pelo juiz no prazo máximo de 3 dias úteis<sup>80</sup> (art.17º-G, nº3). O requerimento do administrador judicial provisório implicará o reconhecimento da situação de insolvência do devedor, cabendo ao tribunal declará-la, à luz da remissão para o art.28º. Deste modo, o PER ficará apenso ao processo de insolvência<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> A lei não prevê qualquer prazo nem para a comunicação, nem para as diligências do administrador (cfr.nº1 e 4 do art.17ºG), pelo que partimos do pressuposto que goza do prazo geral de 10 dias previsto no art.149º do Código de Processo Civil, uma vez que, como refere Fátima Reis Silva, não temos outro prazo.

<sup>80</sup> No direito espanhol, caso não seja admissível chegar a acordo, o próprio devedor tem um mês para solicitar a declaração de Insolvência (art.5 da LC).Cfr. OLIVENCIA RUIZ, MANUEL, *Los motivos de la reforma de la Ley Concursal*, em RDCP, nº17/2012, p.28.

<sup>81</sup> Este nº3 e 4 do art.17º-G, não são de fácil compreensão e levantam algumas dúvidas. Neste sentido, para Fátima Reis Silva “ Entre o nº3 e o nº4 ocorreu um lapso derivado da alteração sofrida por este preceito entre o primeiro projecto e a presente redação. No primeiro projecto o próprio PER convertia-se em processo de insolvência – e o actual nº3 reflecte essa opção. Mas entretanto foi alterado o nº4 (que antes apenas previa que o administrador aferia a insolvência) e passou a prever-se que o administrador judicial requer a declaração de insolvência, aplicando-se o art.28º do CIRE com as devidas adaptações, e sendo o processo especial de revitalização apenso ao processo de insolvência.

Embora a ideia geral permaneça e seja compreensível – segue declaração de insolvência, porquanto o requerimento do administrador judicial vai equivaler a confissão da situação de

Outro dos efeitos – quando o processo não termine com reconversão/apensação de insolvência – é que o devedor não pode recorrer a novo PER pelo prazo de dois anos, nos termos do disposto do nº6 do art.17ºG.

O objectivo desta norma, é impedir que o PER e os efeitos a ele associados sejam instrumentalizados e abusados, pois se o PER não fosse limitado, o devedor poderia, em conluio com um credor, apresentar sucessivos processos especiais de revitalização e dessa forma impedir que os credores exercessem os seus direitos contra si.

---

insolvência, que, sendo apresentação, tanto pode ser actual como iminente – não havia qualquer necessidade de complicar, indo ao ponto de prever o que corre por apenso ao quê.

A equivalência desta posição do administrador ao requerimento de apresentação de insolvência apenas veio complicar o processo e lançar dúvidas sobre o que parecia ser um bom princípio. O devedor que recorria ao PER sabia do risco que corria no final e assumia-o. Agora, vê-se literalmente substituído pelo administrador judicial com base num parecer que não pode contestar ou pôr em causa senão depois de declarada a insolvência e produzidos muitos dos seus efeitos nefastos. (...) A sentença de insolvência sequencial é impugnável nos termos gerais, por via de embargos e/ou recurso – art.40º e 42º do CIRE.”

## 9. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO – BREVE REFERÊNCIA

Não nos vamos alargar na caracterização da homologação de acordo extrajudicial de recuperação do devedor.

O regime previsto no art.17º-I, estabelece um regime mais simplificado, para os casos em que, *ab initio* já foi acordado um plano de revitalização entre devedor e credores suficientes para assegurar a sua aprovação, permitindo ao devedor suprir a fase negocial que vigora no PER, mediante apresentação de um acordo assinado pela maioria de votos prevista no art.212º, nº1<sup>82</sup>.

Contrariamente do que sucede no PER, logo que o juiz receba os documentos (art.17º-A, nº2 e 24º, *ex vi* 17º-I, nº1) nomeia Administrador Judicial Provisório (art.17º-I, nº2). A secretaria publica no portal Citius a lista provisória de créditos, convertendo-se esta lista em definitiva, o juiz analisa o acordo e decide a homologação (art.17º-I, nº4). Assim como no PER, é permitida a recusa de homologação. Sendo recusada a homologação, segue-se a declaração de Insolvência do devedor, conforme o art. 17º-G, nº 2-4 e 7, (remissão do art.17º-I, nº5).

Caso o acordo extrajudicial de recuperação seja homologado, vincula todos os credores, nos termos do art.17º-F, nº6 *ex vi* 17º-I, nº6

---

<sup>82</sup> No direito espanhol, o acordo tem de ser subscrito por credores que representem pelo menos 75% do passivo titulado por credores financeiros no momento da adopção do acordo e não pode implicar um sacrifício desproporcionado para os credores financeiros que não o subscrevam, Cfr. SERRA, CATARINA, *Processo Especial de Revitalização – contributos para uma rectificação*, in “Revista da Ordem dos Advogados”, Ano 72 – Abril/Setembro 2012, Lisboa, p.730

## CONCLUSÃO

A Lei nº 16/2012, de 20 de Abril, que procede à sexta alteração do CIRE, surge num cenário de profunda crise económica e financeira em Portugal.

Efectivamente, a sua aprovação é o resultado de um dos vários compromissos assumidos pelo Estado português no âmbito do programa de auxílio financeiro a Portugal celebrado entre o Estado português, o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu em 2011.

A referida alteração revelava-se, realmente, necessária, dado que a consagração de um sistema que tinha como única finalidade a satisfação dos direitos dos credores, num clima de crise profunda, causou o aumento significativo do número de insolvências, o que provocou, entre o demais, o encerramento de numerosas empresas e o aumento do desemprego.

De modo a reverter toda esta situação, o legislador criou o PER. Sendo que, perante um panorama económico de grandes contratempos para a generalidade das empresas, será mais acertado privilegiar o caminho da recuperação de todos aqueles que se encontram em dificuldades, ao invés de proceder à imediata liquidação do seu património.

Sucedem, contudo, que as alterações efectuadas, perante o objectivo que norteou o legislador (mudança absoluta do paradigma) não se revelam suficientes.

Na verdade, as alterações realizadas são mais de forma do que de conteúdo, permanecendo, em quase todos os aspectos, o regime consagrado anteriormente, ou seja, mantém-se como fim primordial do processo de insolvência a satisfação dos credores, de que a recuperação da empresa será um mero instrumento.

Relativamente às razões que impedem uma maior eficácia e celeridade de tais processos, cremos que a morosidade do processo assenta, principalmente, na falta de preparação de alguns dos intervenientes e na sua reduzida previsão legal (não se compreende que o respectivo regime esteja reduzido a apenas nove artigos). Acresce, o não cumprimento dos prazos impostos na Lei 16/2012, de 20 de Abril, por parte dos Administradores Judiciais Provisórios e por parte dos tribunais (quanto a estes, não cremos que humanamente seja possível cumprir com os prazos fixados, os quais contribuem antes (pela sua inexecutabilidade) para o arrastar do processo).

Deste modo, de forma a melhorar os constrangimentos identificados, mostravam-se necessárias alterações ao longo de todo o diploma, pelo que sugerimos: regulamentar de forma completa, precisa, assertiva o processo especial de revitalização, atento o facto de os constrangimentos referenciados assumirem um carácter transversal a todo o procedimento, sugere-se que a tutela promova o acesso dos Administradores Judiciais Provisórios ao portal *Citius* e à estipulação de prazos peremptórios com determinação de cominações legais. Ou seja, ainda que contrário à *ratio* do procedimento – que se previu célere - , tendo em conta a forma e o modo abusivo como está a ser utilizado o PER, impor-se-á porventura uma inevitável judicialização deste procedimento.

Além do mais, e que se revela como sendo a maior falha do PER, este apenas poder ser utilizado pelos devedores que estejam em situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente. Deveria assim, fixar-se como critério de recurso e acesso ao PER somente o da viabilidade económica, de forma a possibilitar que as empresas verdadeiramente viáveis tenham a possibilidade de evitar a sua liquidação e possam permanecer no mercado.

Por conseguinte, deveria o legislador ter atribuído a prevalência de poder recorrer ao PER a todos os devedores económica e financeiramente recuperáveis, estejam estes ou não situação de insolvência.

Para concluir, apesar da presente alteração legislativa não se mostrar suficiente, nomeadamente na falta de uniformização legal de todo o procedimento pela tutela e na sua escassa previsão legal, notam-se pelo menos melhorias face ao sistema anterior.

## BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Isabel, *Efeitos processuais da abertura do processo de revitalização*, in “II Congresso Direito da Insolvência”, Almedina, Lisboa, 2014, pp. 235-254.

BOTELHO, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas – Notas de Jurisprudência*, 3ª edição, NOVACASA

BRITO, Maria Helena, *Falências Internacionais*, in Estudos em memória do Professor Doutor José Dias Marques, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 625-686.

CAPELO, Maria José, *A fase prévia à declaração de insolvência : algumas questões processuais*, in: “I Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2013. - p. 187-200

CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, David Sequeira, *O Processo Especial de Revitalização (de acordo com a Lei nº 16/2012, de 20 de Abril)*, 1ª edição, Coimbra Editora, Março 2014

CORDEIRO, António Menezes, *O Principio da boa-fé e o dever de renegociação em contextos de “situação económica difícil”*, in: “ II Congresso de Direito da Insolvência”, 2014

COSTEIRA, Maria José, *Classificação, verificação e graduação de créditos no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, In: “I Congresso de direito da insolvência”, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 241-253.

COSTEIRA, Maria José, *Questões Práticas no Domínio das Assembleias de Credores*, in “II Congresso de Direito da Insolvência”, realizado pela Almedina, Lisboa, Setembro 2013.



CUNHA, Paulo Olavo, *Providências específicas do plano de recuperação de sociedades*, in “I Congresso Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2013

DUARTE, Rui Pinto, *A administração da Empresa Insolvente: ruptura ou continuidade?*, in “I Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2013.

DUARTE, Rui Pinto, *Reflexões de política legislativa sobre a recuperação de empresas*, in “II Congresso Direito da Insolvência”

DUARTE, Susana Azevedo, *A Responsabilidade dos credores fortes na proximidade da insolvência da empresa: a celebração de acordos extrajudiciais e a tutela dos credores fracos*, in “Questões de Tutela de Credores e de Sócios das Sociedades Comerciais”, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 183-235.

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual de Direito da Insolvência*, 6ª edição, Almedina, Coimbra, 2014

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *O Processo Especial de Revitalização*, in “II Congresso do Direito das Sociedades em Revista”, Vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 257-265.

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *O Processo Especial de Revitalização*, Almedina, Coimbra, Fevereiro 2015.

ESTEVES, Bertha Parente, *Da aplicação das normas relativas ao plano de insolvência ao plano de recuperação conducente à revitalização*, in “II Congresso Direito da Insolvência”, Almedina, Lisboa, 2014, pp. 267-278.

ESTEVES, Maria José/ AMORIM, Sandra Alves/ VALÉRIO, Paulo, *Código da Insolvência e da Recuperação das Empresas Anotado*, 2ª edição, Vida Económica, Porto, 2012.

FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Quid Juris, 2ª edição, Lisboa, 2013.

FERNANDES, Luís Carvalho/ LABAREDA João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado (actualizado de acordo com o Decreto-Lei n.º 282/2007)*, Quid Juris - Sociedade Editora Lda., Lisboa, 2008.

FERREIRA, Bruno, *Mecanismos de Alerta e Prevenção da Crise de Devedor: em Especial a Recuperação Extrajudicial*, in “II Congresso Direito das Sociedades em Revista”, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 248 e ss.

FONSECA, Gisela Teixeira Jorge, *A Natureza Jurídica do Plano de Insolvência*, in *Direito da Insolvência: Estudos*, Coimbra Editora, 2011. pp. 65-130.

LABAREDA, João, *Sobre o Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE)*, in “I Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2013.

LEITÃO, Luís M. T. de Menezes, *A responsabilidade pela abertura indevida do processo especial de revitalização*, in “II Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Lisboa, 2014

LEITÃO, Luís M. T. de Menezes, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 6ª edição, Almedina, Coimbra, 2012

LEITÃO, Luís M. T. de Menezes, *Direito da Insolvência*, 4ª edição, Almedina, Coimbra, 2012

MALAQUIAS, Pedro Ferreira/ LEAL, Miguel Rodrigues, *A Reforma do Código de Insolvência de Empresas e o Processo Especial de Revitalização*, in “Actualidad Jurídica”, Uría Menéndez, Madrid, nº 33 , 2012, pp. 105-111.

MARTINS, Alexandre Soveral, “*O PER (Processo Especial de Revitalização)*”, in AB INSTANTIA, n.º 1, ano 1 - 2013, Almedina, Coimbra, pp. 17-41.

MARTINS, Luís M., *Processo de insolvência*, 3ª edição, Almedina, Coimbra, 2013.

MORAIS, Rui Duarte, *Os Créditos Tributários no Processo de Insolvência*, in “Direito e Justiça”, vol. XIX, tomo II, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2005, pp. 206-229.

OLIVEIRA, Joana Albuquerque, *Curso de Processo de Insolvência e de Recuperação de Empresas*, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2012.

OLIVEIRA, Madalena Perestrelo de, *O Processo Especial de Revitalização: o novo CIRE*, in “Revista de Direito das Sociedades”, Ano IV – 2012, n.º3, Almedina, Coimbra, pp. 707-726.

OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, *Entre Código da Insolvência e “Princípios Orientadores” um Dever de Renegociação?*, in “Revista da Ordem dos Advogados”, Ano 72 – Abril/Setembro 2012, Tipografia Frasco Lda., Lisboa, pp. 715-741

OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, *Responsabilidade pela perda de uma chance de revitalização?*, in “II Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Lisboa, 2014

PEREIRA, João Aveiro, *O Processo Especial de Revitalização*, in “O Direito”, ano 145, 2013 – I/II, Almedina, Coimbra, pp. 28-50.

PRATA, Ana/ CARVALHO, Jorge Morais/ SIMÕES, Rui, *Código da Insolvência e Recuperação de Empresas Anotado*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 53-74.

RAPOSO SUBTIL & ASSOCIADOS – Sociedade de Advogados, *Guia Prático da Recuperação e Revitalização de Empresas*, Vida Económica, Porto, 2012

SERRA, Catarina, *A Contratualização da Insolvência: hybrid pocedures e pré-packs (A insolvência entre a Lei e a Autonomia Privada)*, in “II Congresso do Direito das Sociedades em Revista”, vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, pp.265-290.

SERRA, Catarina, “Créditos Tributários e o Principio da Igualdade entre os credores – dois problemas no contexto da Insolvência das Sociedades”, in *Direito das Sociedades em Revista*, Outubro, 2012, Ano 4, Vol.8 pp. 75-101.

SERRA, Catarina, *Insolvência transfronteiriça : comentários à proposta de alteração do regulamento europeu relativo aos processos de insolvência, com especial consideração do direito português* ,Direito das sociedades em revista, Coimbra, a.5v.10(Out.2013), pp.97-143

SERRA, Catarina, *Emendas à (lei da insolvência) Portuguesa – primeiras impressões*, in “Direito das Sociedades em Revista”, Vol. VII, Ano 4 – Março 2012, Almedina, Coimbra, pp. 97-132.

SERRA, Catarina, *Entre o principio e os princípios da recuperação de empresas*, in “II Congresso de Direito da Insolvência”

SERRA, Catarina, *Nótula sobre o art.217º, Nº 4, do CIRE : o direito de o credor agir contra o avalista no contexto de plano de insolvência*, Direito e justiça, Lisboa, V.esp. n.1,2011, pp.377-387

SERRA, Catarina, *O Regime Português da Insolvência*, 5ª edição, Almedina, Coimbra, 2012,

SERRA, Catarina, *Processo Especial de Revitalização – contributos para uma rectificação*, in “Revista da Ordem dos Advogados”, Ano 72 – Abril/Setembro 2012, Tipografia Frasco Lda., Lisboa, pp. 715-741.

SERRA, Catarina, *Revitalização – a designação e o misterioso objecto designado. O Processo Homónimo (PER) e as suas ligações com a Insolvência (situação e processo) e com o SIREVE*, in “I Congresso de Direito da Insolvência”, Almedina, Coimbra, 2013, pp.85-106.

SILVA, Fátima Reis, *A verificação de créditos no processo de revitalização*, in “II Congresso Direito da Insolvência”, Almedina, Lisboa, 2014, pp. 255-265.

SILVA, Fátima Reis, *Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora, 2014.

SILVA, Fátima Reis, *Processo de insolvência : os órgãos de insolvência e o plano de insolvência*, Revista do CEJ, Lisboa, n.14(2.sem.2010), pp.121-168

VIEIRA, Nuno da Costa Silva, *Insolvência e Processo de Revitalização (de acordo com a Lei n.º 16/2012 de 20 de Abril)*, 2ª edição, Quid Juris - Sociedade Editora Lda., Lisboa, 2012

## **Internet:**

COMENTÁRIOS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ao anteprojecto de diploma que altera o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Novembro de 2011, in <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BI D=36647>

COMENTÁRIOS E SUGESTÕES AO ANTEPROJECTO DE DIPLOMA QUE ALTERA O CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS, Dezembro de 2011, in [http://www.apaj.pt/ficheiros/parecer\\_OA.pdf](http://www.apaj.pt/ficheiros/parecer_OA.pdf)

DGPJ Estatísticas trimestrais sobre processos de falência, insolvência e recuperação de empresas , DGPJ: Lisboa, Boletim de informação estatística trimestral, in [http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow\\_635532239146093750](http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_635532239146093750)

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PROPOSTA DE LEI n.º 39/XII, de 30 de Dezembro de 2011, in [http://www.portugal.gov.pt/media/378132/proplei\\_codigo\\_insolvencia\\_recuperacao\\_empresas.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/378132/proplei_codigo_insolvencia_recuperacao_empresas.pdf)

INSOL INTERNATIONAL, Statement of Principles for a Global Approach to MultiCreditor Workouts, publicados em Outubro de 2000, in <http://www.insol.org/pdf/Lenders.pdf>

MARTINS, Alexandre Soveral, *Alterações Recentes ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, in [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20699/1/alteracoes\\_CIRE.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20699/1/alteracoes_CIRE.pdf)

MARTINS, LUÍS M., O Processo de Revitalização e a finalidade do Processo de Insolvência, 12 de Junho de 2012, in <http://www.insolvencia.pt/artigos/6879-o-processo-de-revitalizacao-e-a-finalidade-do-processo-de-insolvencia.html>

MARTINS, LUÍS M., Sobreendividamento e Recuperação de particulares, 10 de Outubro de 2011, in <http://www.insolvencia.pt/artigos/119-sobreendividamento-e-recuperacao-de-pessoas-singulares.html>

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE AS CONDICIONANTES DE POLÍTICA ECONÓMICA, in [http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou\\_pt\\_20110517.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf)

MODIFICACIONES EN LA LEY CONCURSAL PARA CANALIZAR EL  
REFLOTE DE LAS EMPRESAS,in Actualidad Jurídica Aranzadi, núm. 881, 20 de  
marzo de 2014, <http://www.aranzadi.es/sites/aranzadi.es/files/AJA881.pdf>

OFÍCIO CIRCULAR Nº 43 DGAJ/DSAJ, DE 2 DE JULHO DE 2012, in,  
[http://www.dgaj.mj.pt/sections/files/circulares/2012/3-  
trimestre/sections/files/circulares/2012/3-trimestre/oc-43-  
2012/downloadFile/file/OC%2043-2012.pdf?nocache=1341234973.4](http://www.dgaj.mj.pt/sections/files/circulares/2012/3-trimestre/sections/files/circulares/2012/3-trimestre/oc-43-2012/downloadFile/file/OC%2043-2012.pdf?nocache=1341234973.4)

PEREIRA, João Aveiro (Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas), *Processo Especial  
de Revitalização: questões substantivas*, in  
<http://elearning.cej.mj.pt/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=3141>

PARECER DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS JUÍZES PORTUGUESES:  
Anteprojecto de Diploma que altera o Código da Insolvência e da Recuperação da  
Empresa, Dezembro de 2011, in  
[http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BI  
D=36647](http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BI<br/>D=36647)

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE LEI Nº 39/XII, 18 de Janeiro de 2012, in  
[http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c32467962  
6d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d554e425130524d  
5279394562324e31625756756447397a5357357059326c6864476c3259554e7662576  
c7a633246764c7a63315a574e6a4d7a55304c5451314d6a59744e475a6a4f4330345932  
51784c544a6a5a475178593255334e444a6c596935775a47593d&fich=75ecc354-  
4526-4fc8-8cd1-2cdd1ce742eb.pdf&Inline=true](http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d554e425130524d5279394562324e31625756756447397a5357357059326c6864476c3259554e7662576c7a633246764c7a63315a574e6a4d7a55304c5451314d6a59744e475a6a4f433034593251784c544a6a5a475178593255334e444a6c596935775a47593d&fich=75ecc354-4526-4fc8-8cd1-2cdd1ce742eb.pdf&Inline=true)

PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO, GUIA RÁPIDO, Direção-geral de  
Política de Justiça, in

[http://www.iapmei.pt/resources/download/FAQ\\_PER.pdf?PHPSESSID=a443d32d02457fa4dd65e1ed06722484](http://www.iapmei.pt/resources/download/FAQ_PER.pdf?PHPSESSID=a443d32d02457fa4dd65e1ed06722484)

SILVA, FÁTIMA REIS, Processo Especial de Revitalização: questões processuais, em intervenção na Ação de Formação Tipo B, Seminário sobre Insolvência, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, 23 de Novembro de 2012, in <http://elearning.cej.mj.pt/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=1359%20>.

SILVA, RUI DIAS DA, O Processo Especial de Revitalização, Edições Esgotadas, 1ª Edição, 2012, in <http://www.amazon.com/Processo-EspecialRevitalização-Portuguese-ebook/dp/B009ZDG5X4>

SUBTIL, ANTÓNIO RAPOSO E PAULO VALÉRIO, RSA-Sociedade de Advogados, Onde está o quarto pilar do Programa Revitalizar?, in <http://www.smmp.pt/?p=19914>

PROGRAMA REVITALIZAR, in [http://www.dre-algarve.min-economia.pt/pdf/20120208\\_revitalizar.pdf](http://www.dre-algarve.min-economia.pt/pdf/20120208_revitalizar.pdf)